

CALCARD S.A. -
Instituição de
pagamentos

**Demonstrações financeiras do período
findo em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

A Calcard S.A. Instituição de Pagamento (“Calcard”), é uma sociedade anônima, de capital fechado, focada no ramo de administração de cartão de crédito. A Calcard emite cartões com a bandeira própria, que são aceitos nas lojas Studio Z, e com a bandeira da Visa, aceitos em milhares de estabelecimentos comerciais credenciados.

Em 27 de novembro de 2024, a Calcard foi autorizada a funcionar como instituição de pagamento pelo Banco Central do Brasil (BACEN), podendo atuar nas modalidades de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador. Essa autorização representa um marco significativo para a Companhia, consolidando sua posição no setor financeiro e ampliando suas oportunidades de crescimento e inovação.

Cenário Macroeconômico

O ano de 2024 foi marcado por um ambiente macroeconômico desafiador, porém favorável ao crescimento do mercado de cartões de crédito, impulsionado pela digitalização dos meios de pagamento, aumento do consumo via crédito parcelado e maior penetração de serviços financeiros agregados. A Calcard soube capitalizar sobre essas tendências, consolidando-se como uma administradora de cartões de crédito com forte capacidade de geração de receita e mitigação de riscos.

Desempenho Operacional

A Calcard intensificou suas estratégias com foco na rentabilização, baseando-se em um portfólio equilibrado entre o cartão *Private Label* e o cartão bandeirado. A estratégia de iniciação com o cartão *Private Label*, com limites menores, permitiu um conhecimento mais aprofundado do perfil de risco do cliente, possibilitando posteriormente a migração para o cartão bandeirado com limites mais elevados.

Outro pilar estratégico foi a ampliação da penetração de serviços financeiros, como seguros e assistências, com foco na qualidade da venda. A sinergia entre o cartão Calcard e as vendas no varejo do Grupo STZ foi fundamental para o aumento da rentabilidade.

Investimentos

Durante o exercício de 2024, a Calcard não realizou investimentos em participações, desta forma, não possui dados a serem divulgados relacionados a sociedades coligadas e/ou controladas.

Perspectivas

Para o ano de 2025, a Calcard pretende continuar a expansão do portfólio de serviços financeiros, fortalecendo a análise de dados para otimização da concessão de crédito e aprimorando a experiência do cliente. Além disso, a empresa buscará novas parcerias estratégicas para aumentar a penetração no mercado e consolidar a posição como referência em serviços financeiros no varejo.

Política de Reinvestimento de Lucros e de Distribuição de Dividendos

O Estatuto Social da Calcard prevê o percentual mínimo de 25% para distribuição de dividendos, após efetuadas as deduções legais e a constituição de reservas legais, sendo o saldo remanescente podendo ser 100% destinado a Reserva de Lucros - Estatutária.

Conclusão

O desempenho da Calcard em 2024 reflete a assertividade das estratégias implementadas, com foco na rentabilização do portfólio, expansão da base ativa de clientes e aumento da penetração de serviços financeiros. Aliado a um cenário macroeconômico favorável, a empresa obteve um crescimento sustentável e de qualidade, alinhado à estratégia do Grupo STZ.

Auditoria Independente

A Calcard possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Os honorários relativos a auditoria independente relativos ao exercício de 2024 montam R\$ 170 mil.

Agradecimentos

A Calcard S.A. Instituição de Pagamento agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento no exercício de suas funções e aos seus clientes e parceiros de negócios pela confiança depositada.

Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Carlos Gomes, 258 - 6º andar, salas 601 a 606 - Boa Vista
90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Caixa Postal 18511 - CEP 90480-000 - Porto Alegre/RS - Brasil
Telefone +55 (51) 3327-0200
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Quotistas da Calcard S.A. Instituição de Pagamento Palhoça – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Calcard S.A. Instituição de Pagamento (“Calcard”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 01 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Calcard em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 01 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, , aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Calcard, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Calcard é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Calcard em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar da Calcard ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Calcard.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Calcard. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar da Calcard a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras , inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 04 de abril de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SC-000190/F-9



Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP-295315/O-4

CALCARD S.A. – Instituição de Pagamentos

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	dez/24	Passivo	Nota	dez/24
Disponibilidades	<u>4</u>	80	Obrigações por empréstimos		26.292
			Empréstimos e financiamentos	<u>10</u>	26.292
Instrumentos Financeiros		381.712	Outras Obrigações		355.518
Aplicações interfinanceira de liquidez	<u>4</u>	2.916	Relações Interfinanceiras	11	234.530
Títulos e valores mobiliários	<u>5</u>	82.614	Credores diversos	12	14.022
Valores a receber relativos a transações de pagamento	<u>6</u>	299.285	Provisões para contingências	<u>21</u>	2.886
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>6e</u>	(3.103)	Fiscais e previdenciárias	<u>13</u>	7.558
Tributos a recuperar	<u>7</u>	9.161	Sociais e estatutárias	<u>14</u>	970
Tributos a recuperar		9.161	Conta a pagar - Partes Relacionadas	<u>20</u>	95.552
Outros ativos		24.198			
Outros créditos	<u>8</u>	5.305	Patrimônio líquido	<u>15</u>	80.034
Contas a receber de Partes Relacionadas	<u>20</u>	18.893	Capital social		56.834
Outros valores e bens		1.240	Reservas de Lucros		25.054
Despesas antecipadas		1.240	Prejuízo do período		(1.854)
Crédito tributário	<u>7</u>	30.595			
Investimentos	<u>9</u>	5.443			
Investimentos em participações em controladas		5.443			
Imobilizado de uso		1.391			
Imobilizado		11.494			
(-) Depreciação acumulada		(10.103)			
Intangível		8.024			
Intangível		12.870			
(-) Amortização acumulada		(4.846)			
Total do ativo		461.844	Total do passivo e patrimônio líquido		461.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALCARD S.A. – Instituição de Pagamentos

Demonstração do resultado para o período de 01 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	dez/24
Receitas da intermediação financeira		8.561
Receita de tarifas e similares	<u>16</u>	7.711
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez		498
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		352
Despesa da intermediação financeira		(1.146)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>6.f</u>	(304)
Despesa com tarifas e similares		(497)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses		(345)
Resultado bruto de intermediação financeira		7.415
Outras receitas/(despesas) operacionais		(12.344)
Receitas de prestação de serviços	<u>17</u>	437
Despesas de pessoal		(2.255)
Despesas administrativas	<u>18</u>	(4.070)
Despesas tributárias		(986)
Outras receitas/despesas operacionais	<u>19</u>	(5.470)
Resultado de participações em controladas	<u>9</u>	1.103
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(3.826)
Tributos Sobre o Lucro	21	1.972
Imposto de renda e contribuição social correntes		-
Imposto de renda e contribuição social diferido		1.972
Prejuízo Líquido do Período		(1.854)
Quantidade de ações do capital social		56.834
Lucro / (Prejuízo) líquido por ação em R\$		(0,0326)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALCARD S.A. – Instituição de Pagamentos

Demonstração do resultado abrangente para o período de 01 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	dez/24
(Prejuízo) / Lucro do período	(1.854)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	-
Outros resultados abrangentes - títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	-
Resultado abrangente total	(1.854)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALCARD S.A. – Instituição de Pagamentos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido período de 01 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de lucros		Lucros/Prejuízos acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva legal	Reserva Especial de Lucro		
Saldos em 1º de dezembro de 2024	56.834	1.674	23.380	-	81.888
Resultado do período	-	-	-	(1.854)	(1.854)
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-
Reserva de lucro	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	56.834	1.674	23.380	(1.854)	80.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CALCARD S.A. – Instituição de Pagamentos

Demonstração dos fluxos de caixa para o período de 01 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	2024
Atividades operacionais	
Prejuízo antes dos impostos	<u>(3.826)</u>
Ajuste por:	
Depreciação e amortização	181
Provisão para contingências	1.975
Provisão para participação nos lucros	162
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	304
Juros provisionados empréstimos	345
Efeitos de equivalência patrimonial	(1.103)
Baixas de imobilizado e intangível	<u>71</u>
Variações nos ativos e passivos	
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(500)
(Aumento)/Redução em valores a receber relativos a transações de pagamento	(30.170)
(Aumento)/Redução em outros créditos	5.913
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	341
Aumento/(Redução) em relações interfinanceiras	10.438
Aumento/(Redução) em credores diversos	(13.244)
Aumento/(Redução) em obrigações fiscais e previdenciárias	(4.338)
Aumento/(Redução) em outras contas a pagar e provisões	(330)
Fluxo de caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>(33.781)</u>
Pagamentos de juros de financiamentos	(480)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>(34.261)</u>
Atividades de investimento	
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(232)
Fluxo de caixa aplicado nas gerado pelas atividades de investimento	<u>(232)</u>
Atividades de financiamento	
(Pagamento)/Recebimentos e pagamentos com partes relacionadas, líquidos	30.504
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(802)
Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) atividades de financiamentos	<u>29.702</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.791)</u>
Caixa trazido pela controlada adquirida	
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.787
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>2.996</u>
(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.791)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Calcard S.A. – Instituição de Pagamentos (“Calcard” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima, de capital fechado, focada no ramo de administração de cartão de crédito, cuja sede e foro localizam-se no Município de Palhoça, SC. A Companhia adotou como nome fantasia “Ouze”. A Companhia possui duas filiais localizadas em Palhoça - SC e em São Paulo – SP. Foi constituída em 10 de janeiro de 2007.

A Companhia emite cartões com a bandeira própria, que são aceitos nas lojas Studio Z, e com a bandeira da Visa, aceitos em milhares de estabelecimentos comerciais credenciados.

Seus objetivos sociais consistem em: (i) administração de cartões de crédito; (ii) promoção de vendas; (iii) correspondente bancário.

As operações de cartão de crédito são bancarizadas pela Calcred S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“Calcred”), instituição pertencente ao controlador da Calcard, aprovada pelo Banco Central do Brasil para operar como instituição de crédito, financiamento e investimento. A Calcard fica apenas com a carteira sem juros e com as receitas de serviço geradas pelos usuários do cartão Ouze. A Companhia tem como controlador a Gabriela Participações e Empreendimentos S.A.

A Companhia foi autorizada a funcionar como instituição de pagamento pelo Banco Central do Brasil – BACEN, em 27 de novembro de 2024, podendo atuar nas modalidades de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador.

A Companhia obtém o controle da Cal Insurance, uma corretora de seguros (“Controlada”). A Controlada tem sede e foro na cidade de São Paulo - SP e tem como objeto social a administração e corretagem de seguros de vida, seguros de capitalização, planos previdenciários, seguros de saúde, seguros de risco, seguros de benefícios, seguros de pessoas, gerenciamento de riscos, previdência complementar, saúde complementar, seguros de danos, seguros compreensivos e lucros cessantes, seguros de transportes, casos e aeronáuticos, seguro de automóveis, seguros de risco rurais e equipamentos rurais, seguros de responsabilidade civil geral, seguros de riscos de engenharia e equipamentos, empreendimentos e plano de negócios, gestão empresarial e financeira.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional, acarretando ganho de sinergia dentre as empresas do Grupo.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

Em razão da autorização concedida para atuar como instituição de pagamento, a partir de 27 de novembro de 2024, as demonstrações financeiras da Companhia passaram a refletir as regras contábeis definidas conforme disposto na Resolução BCB nº 02, emitida pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e Resolução BCB nº 02/2020. Para a contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

Conforme previsto no parágrafo 5º do art. 42º da Resolução BCB nº 02, de 12 de agosto de 2020, fica facultada a apresentação comparativa das demonstrações financeiras relativas ao ano da autorização para funcionamento da instituição pelo BACEN. Até o deferimento da autorização para operar como instituição de pagamentos, a Companhia utilizava as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC. Não houve impacto, a partir da mudança, entre a adoção dos pronunciamentos não aplicáveis a instituições de pagamentos e a adoção das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, requer que a Administração da Companhia se fundamente em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à marcação a mercado de instrumentos financeiros, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisão para contingências. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e da continuidade das atividades nos próximos 12 (doze) meses.

Em 04 de abril de 2025, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, bem como, foi autorizada a divulgação a partir dessa data.

3 Principais práticas e políticas contábeis

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativa e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 6a - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.
- Nota Explicativa nº 7 – Ativo fiscal diferidos (realização dos créditos tributários).
- Nota Explicativa nº 21 - Provisão para contingências (riscos tributários, cíveis e trabalhistas).

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

c. Caixa e equivalentes de caixa

O valor apresentado como caixa e equivalentes a caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e. Instrumentos Financeiros - Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação** - Adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício. Adicionalmente, tais ativos são apresentados no ativo circulante independentemente do seu vencimento.
- Títulos disponíveis para venda** - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

f. Valores a receber relativos a transações de pagamento

As operações de cartões de crédito referem-se a transações realizadas de compras à vista ou parceladas, dos titulares dos cartões Ouze, cartões estes emitidos pela Companhia, tanto na modalidade *private label*, quanto na modalidade de utilização em compras em estabelecimentos conveniados e são mensurados pelo seu custo amortizado.

Nas transações com cartão de crédito, a Companhia transfere, de forma definitiva e sem direito de regresso, os recebíveis em atraso para a instituição financeira Calcred. Como resultado, esses valores são desconhecidos das contas a receber, garantindo que a Companhia não possua operações de crédito vencidas em seu balanço. Dessa forma, seus recebíveis são classificados com risco de crédito A.

g. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, utilizando para isso os limites mínimos de cada nível de risco, estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN, acrescidos de uma majoração calculada a partir da rolagem de atrasos e arrasto da carteira dos últimos 12 meses (média móvel).

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”. O controle das operações de crédito baixadas para prejuízo ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente.

h. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da Companhia.

i. Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes vidas úteis:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros: 5 anos
- Outros: de 5 a 10 anos.

O valor residual e a vida útil dos ativos são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

j. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Companhia são amortizados em cinco anos, pelo método linear. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

k. Redução do valor recuperável (*impairment*)

k.1 Ativos financeiros

A Companhia reconhece provisões para perdas sobre:

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

As contas a receber são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores, períodos de atraso, que requerem a análise da carteira, conforme análise de perdas históricas e perdas efetivas.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída a partir da concessão de crédito, baseada na classificação de risco dos clientes e em função da análise periódica da qualidade do cliente, e não apenas quando a ocorrência da inadimplência, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas. Para isso, a Companhia, em sua análise periódica, classifica as operações em níveis de riscos entre A a H, a depender da data de vencimento e do número de dias em atraso, além de uma avaliação de risco individual do cliente.

Mensuração das perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As perdas esperadas associadas ao risco de crédito são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. São mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia, de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente.

O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

k.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

l. Depósitos, Captações no mercado aberto e Obrigações por empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro-rata dia.

m. Relações interfinanceiras

Correspondem a valores a pagar, registrados pelo valor de liquidação, à bandeira Visa relativos às operações de cartões de crédito e a outros sistemas de liquidação.

n. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A Companhia reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorpora benefícios econômicos.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras

As provisões registradas nas demonstrações financeiras decorrem, basicamente de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como remota, possível ou provável com base no julgamento dos assessores jurídicos, sobre o fundamento jurídico da causa e a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da Companhia.

Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas a atualizações mensais.

São constituídas provisões para os casos classificados como perda provável em que o “valor do risco de perda” possa ser determinado ou estimado. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

o. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 no ano, e a provisão para a contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 15%, ajustado por diferenças permanentes e temporárias

Os créditos tributários e os passivos diferidos, são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre os livros contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e bases negativas e sobre os ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e liquidação do passivo.

A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros conforme previsto na regulamentação vigente (Resolução BCB nº 15 de 17/9/2020).

Os impostos são calculados às alíquotas a seguir discriminadas:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda	15%
Adicional de Impostos de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro – a partir de 01 de março de 2020	15%

Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre serviços. O valor líquido dos impostos, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/contribuição		Alíquota (%)
PIS	Programa de Integração Social	1,65
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

p. Resultado recorrente e/ou não recorrente

A Companhia considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social da Companhia, considerando seu Estatuto Social. A Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência em períodos futuros. Em 31 de dezembro de 2024 o resultado da Companhia foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

q. Receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de performance em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas:

Tipo de produto/serviço	Rubrica contábil	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Taxa de administração lojista	Receita com taxas e similares	Valor da taxa cobrada pela emissão e manutenção dos cartões de créditos definida em contratos específicos firmados entre a Calcard e a STZ, que é calculado com base no volume de faturamento.	As receitas de taxa de administração são decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e apropriadas ao resultado na data correspondente ao processamento das transações.
Tarifa de anuidade	Receita com taxas e similares	Valor de tarifa de anuidade de cartão de crédito é cobrado diretamente da fatura do cliente em 12 vezes e é uma tarifa cobrada pela prestação de serviços.	As receitas decorrentes de tarifa de anuidade são apropriadas ao resultado mensalmente no corte da fatura do cliente.

Tipo de produto/serviço	Rubrica contábil	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Taxa de intercâmbio	Receita com taxas e similares	Valor da taxa cobrada pela emissão e manutenção dos cartões de créditos definido em contratos específicos firmados entre a Calcard e a bandeira que é calculada com base no volume de faturamento.	As receitas de taxa de intercâmbio são decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e apropriadas ao resultado na data correspondente ao processamento das transações. A receita de vendas de assistências e seguros é reconhecida ao final de cada mês após apuração de todos os valores que foram cobrados nos cortes da fatura dos clientes que foram realizados naquele mês.
Vendas de assistências	Receita de prestação de serviços	A Calcard distribui seguros e assistências e recebe comissionamentos definidos em contratos firmados com as seguradoras.	Seu reconhecimento no resultado é anual, após a apuração do volume realizado no período e a constatação do atingimento da meta contratual.
Renda de incentivo Visa	Receita com taxas e similares	No acordo firmado entre a Calcard e a bandeira estão previstos incentivos anuais com base no atingimento de metas vinculadas ao volume de faturamento realizado nos cartões Ouze ao longo do ano.	As receitas decorrentes de tarifa de emissão de 2ª via são apropriadas ao resultado mensalmente no corte da fatura do cliente.
Tarifa de emissão de 2ª via	Receita com taxas e similares	Valor cobrado diretamente na fatura do cliente quando uma nova via do cartão for solicitada em função de perda ou extravio.	

r. Benefício a administradores, executivos e colaboradores

A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia oferece principalmente benefícios de curto prazo.

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O principal benefício oferecido é a gratificação por produtividade, em que a provisão é contabilizada conforme o regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia. Não existem benefícios de longo prazo.

s. Mudança nas principais políticas e práticas contábeis

a) Novas normas emitidas com vigência futura

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis à Companhia, entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Resolução BCB nº 352, e alterações posteriores, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil. O objetivo é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais.

A Resolução BCB nº 352/23, revogou os requisitos estabelecidos pela Resolução BCB nº 309, de 28 de março de 2023 e estabeleceu procedimentos contábeis relacionados à definição de fluxos de caixa de ativos financeiros, aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante a mudança trazida pelas resoluções está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas.

Os impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 foram estudadas pela Companhia tendo os seus impactos refletidos a partir da entrada de sua vigência.

Diante da magnitude da Resolução em análise e o impacto contábil, com a revogação de 19 normativos, em especial a revogação da Resolução CMN Nº 2.682/99 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a Companhia dividiu o projeto em etapas a fim de possibilitar uma transição mais eficiente, buscando pontos de assimetria com a política atual adotada pela Companhia, levando em consideração as modificações necessárias no sistema de tecnologia e desenhando atividades, responsáveis e prazos para adequação de sistema e processos.

A Companhia estima um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 8.287 (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 27% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024). A transição para a Resolução BCB n.º 352/2023 resultará em uma redução estimada de 6% no patrimônio líquido, já considerando os efeitos fiscais, correspondendo a um impacto de R\$ 4.972 decorrente da adoção inicial do modelo para perdas esperadas associadas ao risco de valores a receber.

O novo modelo de perdas esperadas se aplica também aos demais instrumentos financeiros, para os quais a Companhia não estima impacto contábil significativo pela sua adoção inicial.

As reclassificações entre as categorias com base no modelo de negócios da Companhia para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas, conforme art. 4º da Resolução BCB nº 352/2023, não geraram necessidade de remensuração dos títulos, ou seja, reapuração em seus valores.

Demais mudanças na adoção inicial como a remensuração de ativos financeiros que estavam em *stop accrual* em 31 de dezembro de 2024 não terão impactos, pois sua aplicação será prospectiva.

Abaixo o quadro resumo com os principais impactos esperados com transição da norma:

Ajustes Resolução BCB nº 352/23	% Patrimônio Líquido
Perda de crédito esperada para valores a receber relativos a transações de pagamento	6%
Perda de crédito esperada para demais ativos financeiros	0%
Perda de crédito créditos a liberar	0%
Remensuração de ativos em virtude da nova classificação da norma	0%
Ajuste de suspensão de juros de operações de crédito	0%
Outros	0%

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024
Disponibilidades (i)	80
Aplicações interfinanceira de liquidez (ii)	2.916
Total	2.996

- (i) Disponibilidades são representadas por saldos depositados em contas bancárias.
- (ii) As aplicações financeiras possuem vencimento em até três meses da data de aplicação e são remuneradas de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo, cuja rentabilidade varia entre 85% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Títulos e valores mobiliários

	Valor Mercado	Valor Custo
Títulos mantidos para negociação		
Certificado de depósito bancário	82.614	82.614
Total circulante	37.928	37.928
Total não circulante	44.686	44.686

Os títulos têm vencimento até 15 de dezembro de 2026 com uma taxa média de 88% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2024, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6 Valores a receber relativos a transações de pagamento

	2024
Valores a receber relativos a transações de pagamento (i)	299.285
(-) Provisão Perdas esperadas associadas ao risco de crédito (ii)	<u>(3.103)</u>
Total circulante	<u>296.182</u>

- (i) Os valores a receber relativos a transações de pagamento têm sua origem nos créditos a estes concedidos, para a realização de transações com o cartão de crédito da Companhia nos estabelecimentos credenciados.
- (ii) A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é analisada mensalmente pela área de risco da Companhia e a Companhia entende que o montante provisionado é suficiente para cobertura de riscos de crédito e perdas esperadas.

a. Composição dos valores a receber por segmento

	2024
PL STZ Shop*	32.210
Bandeira Visa	267.075
Total	<u>299.285</u>
Circulante	<u>299.285</u>

*Cartões com a bandeira própria, que são aceitos exclusivamente nas lojas Studio Z.

b. Composição dos valores a receber por tipo de cliente e atividade econômica

	2024
Tipo cliente	
Pessoas físicas	<u>299.285</u>
Total da carteira	299.285

c. Composição dos valores a receber por vencimento

	2024
A vencer	<u>299.285</u>
Total	<u>299.285</u>

d. Concentração dos valores a receber

	31/12/2024	%
1º maior devedor	96	0,03%
Dez maiores devedores	344	0,12%
Cinquenta maiores devedores seguintes	1.062	0,35%
Restantes dos devedores	297.783	99,50%
Total	299.285	

e. Composição dos valores a receber por nível de risco de crédito

Provisão em				
31/12/2024				
(Resolução CMN nº 2.682/99 e adicional)				
Nível	A vencer	% mínima	% adicional	Total
A	295.631	0,50%	0,49%	2.927
B	2.693	1,00%	1,99%	80
C	961	3,00%	6,99%	96
Total	299.285			3.103

f. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2024
Saldo em 1º de dezembro	(2.799)
(Constituição)/reversão de provisão no período	(304)
Saldo em 31 de dezembro	(3.103)

A Companhia não registrou em 2024, operações relacionadas a renegociações, e não ocorreram recuperações de crédito ou baixas para prejuízo.

7 Ativos fiscais correntes e diferidos

Impostos e contribuições a compensar

Os impostos e contribuições a compensar estão representados no montante de R\$ 9.161 em 31 de dezembro de 2024. Esses créditos são decorrentes de pagamentos a maior de anos anteriores.

Créditos tributários

A Companhia adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias e de prejuízo fiscal. Em 31 de dezembro de 2024 os valores desses tributos diferidos são os seguintes:

	31/12/2024		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
Itens base do diferimento			
Prejuízo fiscal	17.285	10.372	27.657
Provisões outras	1.061	636	1.697
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	776	465	1.241
Total	19.122	11.473	30.595

Apuração

	2024
Saldo de Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	3.103
Saldo Provisão para risco tributário, civil e trabalhista	2.886
Saldo Prejuízo fiscal	69.142
Saldo Provisão administrativa	547
Saldo Provisão para pagamento de bônus	809
Crédito tributário líquido constituído – Imposto de renda – 25%	19.122
Crédito tributário líquido constituído – Contribuição social – 15%	11.473
Total	30.595
Não circulante	30.595

Movimentação

	2024
Saldo 1º dezembro 2024 crédito tributário diferido	28.592
Constituição	2.250
Utilização	(247)
Saldo final crédito tributário diferido	30.595

Realização

Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos forem recuperados ou liquidados, cuja expectativa é conforme demonstrado abaixo:

Período	2024
2025	5.378
2026	2.689
2027	2.814
2028	3.104
2029	3.138
2030	3.021
2031	3.250
2032	3.948
2033	3.253
Saldo final crédito tributário diferido	30.595

Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa de captação de 12,53% a.a., totaliza R\$ 17.651.

8 Outros créditos

	2024
Adiantamentos e antecipações salariais	183
Outros valores a receber (Cartões)	3.336
Comissões a receber	728
Depósito Judicial	1.058
Total	5.305
Total circulante	5.305

9 Investimentos em participações em controladas

Apresentamos abaixo os investimentos da Companhia, avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

<u>Cal Insurance, Corretora de Seguros</u>	2024
Patrimônio Líquido	10
Resultado do período	10.557
Participação Societária	100%
Saldo do Investimento em 1º de dezembro 2024	4.340
Resultado de Equivalência	1.103
Saldo Final do Investimento	5.443

10 Obrigações por empréstimos

			2024	
Empréstimos e financiamentos			26.292	
Total			26.292	
Modalidade	Encargos	Vencimento	Circulante	Não Circulante
			2024	2024
Capital de Giro	CDI + 3.34% a.a.	nov-26	14.387	11.905
Total			14.387	11.905

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos de 2024 é o seguinte:

Até 3 meses	3.597
De 3 a 12 meses	10.790
Acima de 12 meses	11.905
Total	26.292

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía um contrato de empréstimo, sendo o último vencimento em 2026.

Reconciliação do fluxo de caixa de empréstimos

Saldo em 1 de dezembro de 2024	27.229
Juros provisionados	345
Pagamento de juros	(480)
Amortização de principal	(802)
Fluxo de caixa - Atividades operacionais e financiamento	(937)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	26.292

A Companhia possui, em determinados contratos de empréstimos, cláusulas que requerem a manutenção de indicador financeiro, sendo esse indicador a relação entre a dívida e o patrimônio líquido, com limitador de 3.0x, devendo ser apurado anualmente e mantido durante toda a vigência da operação. Além disso, existem outras cláusulas, tais como: vedação à reorganização societária e alteração do objeto social, manutenção da regularidade com os tributos e não sofrer protestos legítimos, contendo também cláusulas genéricas e usuais, com outras condições de vencimento antecipado.

Essas cláusulas restritivas financeiras são monitoradas periodicamente pela Administração da Companhia, uma vez que em 31 de dezembro de 2024 a Companhia está adimplente no cumprimento de todas as exigências.

11 Relações interfinanceiras

	2024
Valores a liquidar Bandeira Visa	234.530
Total	234.530
Circulante	233.611
Não circulante	919

Para a linha de Valores a liquidar - Bandeira, as transações locais realizadas na função crédito seguem, aproximadamente, um prazo de liquidação de D+27, contados da data de processamento das parcelas das compras.

12 Credores diversos

	2024
Obrigações trabalhistas e sociais	1.962
Saldo credor portadores	4.247
Seguros e assistências a repassar	1.313
Fornecedores a pagar	6.500
Total	14.022
Circulante	14.022

13 Fiscais e previdenciárias

	2024
IRRF retidos a recolher	19
Outros impostos retidos a recolher	93
PIS e COFIS a pagar	606
IRPJ e CSLL a pagar	1.377
ISSQN a pagar	162
Parcelamentos – REFIS	4.838
Previdenciárias	463
Total	7.558
Circulante	3.694
Não Circulante	3.864

14 Sociais e estatutárias

	2024
PLR a Pagar	970
Total	970

15 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é representado por 56.833.796 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2024.

	2024		
Sócio	Participação	Cotas	Valor
Gabriela Participações e Empreendimentos S.A.	100%	56.833.796	56.833.796

a. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, o resultado do período foi de R\$ 1.854 de prejuízo, o qual foi destinado para lucros/prejuízos acumulados.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% calculado com base no lucro líquido do exercício após a absorção de prejuízos acumulados e a destinação da reserva legal.

16 Receita de tarifas e similares

	2024
Taxas administração lojista	423
Taxa Intercâmbio	2.018
Tarifa de anuidade	5.234
Outros	36
Total Receitas	7.711

17 Receitas de prestação de serviços

	2024
Comissão seguro assistências	70
Comissão demais seguros e assistências	233
Comissão assistência saúde	28
Comissão assistência odonto	106
Total	437

18 Despesas administrativas

	2024
Depreciação e amortização	(181)
Despesas Bancárias	(300)
Despesas com serviços de terceiros	(1.295)
Provisões de contingências	(1.975)
Outras despesas	(319)
Total	(4.070)

19 Outras receitas/(despesas) operacionais

	2024
Outras receitas operacionais	1.489
Centro de serviços compartilhados	1.032
Outras receitas operacionais	457
Outras receitas operacionais	(6.959)
Despesa com análise de crédito e cobrança	(868)
Emissão de cartão	(189)
Perdas com riscos operacionais	(5.479)
Outras despesas operacionais	(423)
Total	(5.470)

20 Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado desses períodos, relativos a operações com partes relacionadas, foram realizados em condições acordadas entre as partes e levam em consideração os volumes das operações e a periodicidade das transações dadas as suas características. Tais transações não são comparáveis às transações realizadas com terceiros não relacionados. Abaixo estão listadas as operações em aberto em 31 de dezembro de 2024:

	Calcenter Calçados Centro Oeste Ltda.	Z&M Participa ções Ltda.	CalInsurance Corretora de Seguros Ltda.	Mario Zanatta	Gabriela Participações e Empreendim entos S.A.	Calcred S.A	2024
Ativo							
Contas a receber	1.513	-	-	-	-	17.380	18.893
Total ativo	1.513	-			-	17.380	18.893
Passivo							
Credenciados (a)	67.676	-	-	-	-	-	67.676

	Calcenter Calçados Centro Oeste Ltda.	Z&M Participa ções Ltda.	CalInsurance Corretora de Seguros Ltda.	Mario Zanatta	Gabriela Participações e Empreendim entos S.A.	Calcred S.A	2024
Centro de serviço compartilhado	1.272	-	-	-	-	-	1.272
Outras contas a pagar	228	-	3.617	-	-	22.759	26.604
Total passivo	69.176	-	3.617	-	-	22.759	95.552
Receitas /(despesa)							
Centro de serviços compartilhados	(11.224)	-	-	-	-	11.745	521
Despesas Corban	(798)	-	-	-	-	-	(798)
Taxa de administração	2.822	-	-	-	-	-	2.822
Outras receitas	149	-	-	-	-	-	149
Total	9.051	-	-	-	-	11.745	2.694

(a) São valores a curto prazo, correspondentes às compras realizadas através dos cartões de crédito da Calcard pelos clientes nas lojas da parte relacionada Calcenter Calçados Centro Oeste Ltda.

21 Imposto de renda e contribuição social

31/12/2024

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.827)
Efeito das adições e das exclusões no cálculo dos tributos	598
Diferenças temporárias de provisões	1.701
Outras adições/reversões	(1.103)
(-) Consumo base negativa	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(3.229)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	1.972

22 Passivos contingentes

	Depósitos judiciais (NE 8)	Provisão para contingências
	2024	2024
Riscos Tributários	-	743
Riscos Trabalhistas	70	296
Riscos Cíveis	988	1.847
Total	1.058	2.886

A movimentação da provisão para contingências pode ser resumida como segue:

	1º dezembro 2024	Adições	Baixas	2024
Riscos Tributários	743	-	-	743
Riscos Trabalhistas	146	152	(2)	296
Riscos Cíveis	353	1.823	(329)	1.847
Total	1.242	1.975	(331)	2.886

Está registrado na rubrica de provisão para contingências trabalhistas e cíveis o valor estimado de perda provável com base no julgamento da Administração, com auxílio dos assessores jurídicos da Companhia. Esses valores são calculados individualmente, por processo e com base nos valores históricos.

Adicionalmente, a Companhia é parte contrária em processos cujas chances de perda foram classificadas como possíveis, com base na avaliação da Administração e com o auxílio dos assessores jurídicos e, conseqüentemente, não são registradas provisões para essas ações. Os valores atribuídos às discussões envolvendo causas cíveis perfazem R\$ 604, os valores atribuídos a discussões envolvendo causas trabalhistas perfazem R\$ 5.177 em 31 de dezembro de 2024.

23 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A estrutura de gerenciamento de riscos da Calcard S.A. Instituição de Pagamento está pautada no conjunto de políticas, estratégias, processos e métodos direcionados a conformidade e gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional. A estrutura está em constante evolução, buscando sempre adotar as melhores práticas de mercado, de modo a ser compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição aos riscos. São realizados testes de estresse para exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos e análise de sensibilidade permitindo avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital de eventos Calcard.

Compreendendo as unidades de Riscos financeiros, riscos não financeiros, Compliance, Controles internos e Prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo (PLD/CFT) e a Gestão de Capital, atua com a missão de manter em pleno atendimento das regras e regulamentações que permeiam a atividade de intermediação financeira, através do monitoramento da regulamentação interna e externa, incluindo apoio as áreas da Calcard IP para o seu efetivo atendimento, revisão e publicação de normas. No âmbito de PLD/CFT monitora tanto as propostas dos clientes em potencial, quanto as movimentações atípicas ou suspeitas dos clientes utilizando-se de processos e melhores práticas de mercado.

Risco de crédito

Define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e os custos de recuperação. A gestão desse risco utiliza do monitoramento de diversos indicadores que demonstram os níveis de qualidade da carteira. A Companhia e sua controlada promove ações significativas no Departamento de Crédito e Cobrança, as quais visam a reduzir gradativamente a inadimplência.

A Companhia e sua controlada somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito, a análise de exposição de nível de crédito está demonstrada na Nota Explicativa nº 6.

Risco de mercado

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição e o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A gestão da metodologia baseada em perdas de valor econômico e de resultado de intermediação financeira, denominadas Delta EVE e Delta NII para cálculo de requerimento de capital, tem como características evidenciar as diferenças entre a gestão e o controle de Risco de Mercado da Taxa de Juros da gestão e o controle do IRRBB. O monitoramento da exposição ao risco se dá com base na volatilidade de mercado que é possível estimar a perda máxima de uma carteira, dado um intervalo de tempo e um índice de confiança.

A Companhia e sua controlada acompanha o mercado e suas oscilações de forma permanente, de modo que para minimizar este risco procura se antecipar aos movimentos de mercado, utilizando como principal mecanismo o gerenciamento das taxas de juros e contratação de empréstimos quando aplicável.

Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e sua controlada, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, e impostos parcelados sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2024 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (fonte: Banco Central do Brasil e Receita Federal) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previsto para 31 de dezembro de 2024. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

31 de dezembro de 2024

	Exposição R\$	Risco	%	Provável	Possível (+/- 25%)	Remoto (+/- 50%)
<i>Ativos</i>						
Aplicações financeiras (Nota 5)	85.530	Alta do CDI	14,65	12.530	3.133	6.265
<i>Passivos</i>						
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	26.292	Alta do CDI	14,65	3.852	963	1.926
Parcelamento Refis (Nota 13)	4.838	Alta da Selic	14,65	709	177	354

Risco de liquidez

Define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas ou inesperadas e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A gestão desse risco monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazos.

Abaixo, a exposição estimada da Companhia na principal obrigação passiva, com a previsão de pagamento de juros:

Risco de liquidez						
	Valor					
31 de dezembro de 2024	contábil	Fluxo contratado	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos
Empréstimos e financiamentos	26.292	31.583	14.387	11.905	-	-

Riscos operacionais

Define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui-se nestes eventos o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, respeitando os normativos vigentes.

O gerenciamento do risco operacional é realizado através do mapeamento de processos e o levantamento de riscos já identificados, os controles implementados e o rastreamento das falhas ocorridas.

Gerenciamento de capital: A gestão do capital abrange a avaliação e o controle dos recursos financeiros necessários para garantir a solvência da Companhia, de modo a cobrir os riscos operacionais, de crédito, de mercado e outros riscos associados às suas atividades. Isso inclui o capital regulatório, o capital econômico e o capital de sustentação, levando em consideração tanto a natureza das operações quanto os riscos envolvidos. Os requisitos de capital impostos pela regulamentação vigente são baseados nos parâmetros estabelecidos pelas normas do CMN e do BCB, em linha com os princípios estabelecidos pelo Acordo de Basileia. Esses requisitos incluem a exigência de manter níveis mínimos de capital próprio, que visam assegurar a capacidade da Companhia de absorver perdas e de continuar operando com segurança.

Adotamos um processo integrado de gestão de capital, em que são constantemente avaliados os riscos a que está exposta e a necessidade de capital para enfrentá-los. São realizados testes de estresse e simulações de cenários para assegurar que os níveis de capital estão adequados frente aos riscos identificados.

Os objetivos de gestão de capital da Companhia visam garantir que o capital mantido seja suficiente para cobrir os riscos identificados, mantendo a solvência e a capacidade de suportar possíveis perdas. Durante o período em análise, foram realizados ajustes nas projeções e metas de capital conforme as necessidades do negócio e as mudanças no ambiente regulatório e de mercado.

Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros, descritos abaixo:

- Nível 1: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

- Nível 2: Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseadas em modelo de precificação em que os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.

- Nível 3: Cotações de preços para ativos ou passivos não observáveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo de forma recorrente, segregados entre os níveis da hierarquia de valor justo.

	31/12/2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	2.916	-	2.916
Títulos e valores mobiliários	-	82.614	-	82.614

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do ano. No período findo em 31 de dezembro de 2024, não houveram transferências significativas de instrumentos financeiros entre nenhum dos níveis.

* **

Rodrygo Tosi

Diretor Financeiro Executivo

Deisiane Cristine Landvoigt

Contadora - CRC RS-089155/O-2